

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição sob demanda, de EQUIPAMENTO MÉDICOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Hospital Municipal Raul Sertã;

1.3. **Fundamentação Legal:** Decreto 10.024/2019 – Pregão Eletrônico

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
1	Cama hospitalar tipo fawler mecânica: com rodízios, com colchão com densidade 28 confeccionada em aço ou ferro pintado, com movimentos de fawler c/ 3manivelas, c/ cabeceira e peseira, grades nas laterais CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	Und.	18
3	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA RADIOGRAFIA COMPUTADORIZADA (CR) digitalizador para radiografia computadorizada (cr) o sistema para digitalização de imagens monocassetes para exames de raio x e momografia deve atender as seguintes especificações mínimas: resolução de imagens: possuir resolução mínima de 10 pixels/mm para todos os tamanhos de cassetes para radiologia geral. 20 pixels/mm para os cassetes de tamenhos 18x24cm e 24x30cm para uso em pediatria e mamografia. escala de imagens (resolução) de cinza: mínimo de 12 bits por pixel; escala para reconhecimento automático: possuir capacidade para reconhecimento do tamanho do tipo do cassete utilizado; identificação de cassetes: identificar eletronicamente os cassetes, ou seja, transferir os dados de cada paciente e do respectivo exame para o cassete; permitindo a mistura de cassetes antes da leitura, sem que haja perda da identificação dos dados do paciente e do respectivo exame; desligamento automático: permitir o desligamento automático integrado ao sistema, quando da ocorrência de eventual falha de energia elétrica; terminal dedicado: possuir terminal dedicado para trabalho e pós processamento de exames digitalizados. deve ainda realizar cadastramento, manipulação e permitir a impressão de imagens. para tanto, deve vir acompanhado de monitor de tela de lcd, de tamanho, maior ou igual, a 19" (dezenove polegadas); software: gerar imagens através de um programa (software) de processamento básico. a instituição deve receber também outro programa adicional ou extensão do programa original, pós-processamento de imagens, permitindo ao operador, de forma automática ou manual, incrementaro contraste e a latitude. deve ainda prevenir artefatos de imagens; estação de visualização: possuir estação de visualização para trabalho de imagem, processamento e identificação de paciente, para os exames. o terminal de identificação para entrada de informações dos pacientes e exames deve ter a capacidade de receber todas as informações necessárias, digitalmente por possível rede de computadores, a partir de sistema ris e sem a	Und.	1

	<p>necessidade de digitação manual dos dados de cada paciente, para a realização dos exames. a estação deve ainda possuir módulo de pré-visualização das imagens recém adquiridas no sistema, em monitores de lcd de, pelo menos 19"(dezenove polegadas); dicom: vir acompanhado e efetuar conexão com sistema dicom print scu para impressão e storage scu para arquivamento em sistema pacs. deve possuir ainda sistema de gerenciamento de lista de trabalho para conexão com o sistema de informação hospitalar. este módulo também deverá buscar as listas de trabalho através de compartilhamento de arquivos texto ascii com delimitadores de campo e pacientes, conforme presente no sistemade agendamento da recepção da radiologia; armazenamento de dados: permitir armazenamento de arquivos (gravação) em cd-rom ou memória flash (pen drives). - sistema de impressão: deverá ser utilizada uma impressora a seco para imagens de mamografia para uso em mesa, acompanhada de recursos especiais e exclusivos para a impressão de exames de mamografia. além disso, deverá atender ainda as seguintes especificações para todas as imagens nela geradas: profundidade de CONTRASTE: MÍNIMO DE 12 BITS (4096 TONS); DICOM: NATIVO, PARA CONEXÃO COM MODALIDADES, sem a necessidade de acessórios externos (print server) para conversão do sinal ao padrão dicom; tamanho de filmes: trabalhar com no mínimo 2(dois) tamanhos diferentes de filme, simultaneamente carregados no equipamento (on line), com qualquer uma das duas bandejas com capacidade de armazenar qualquer um dos formatos acima citados, a partir de ajustes simples que poderão ser efetuados pelo usuário, dentre os tamanhos mínimos possíveis a escolher: - 18x24cm (7x9,5 polegadas) - 24x30cm (9,5x12 polegadas) auto-calibração: possuir recurso e de ajusta de densidade óptica e contra de imagens, para cada lote de filme adquirido e utilizado, de forma que possamos obter a excelência de qualidade de impressão de cada película de filme; ponto focal do feixe de laser: possuir ponto focaldo feixe de laser de impressão ou da cabeça térmica, com tamanho menor ou igual a 50 microns;</p> <p>QUANTIDADE DOS CASSETES:</p> <p>Cassete para mamografia, formato 18x24 cm (4 unidades); Cassete para mamografia, formato 24x30 cm (4 unidades); Cassete para raios-x, formato 18x24 cm (4 unidades); Cassete para raios-x, formato 24x30 cm (4 unidades); Cassete para raios-x, formato 35x43 cm (4 unidades); Cassete para raios-x, formato 35x35 cm (4 unidades);</p>		
--	--	--	--

ITEM COTA RESERVADA PARA ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
2	Cama hospitalar tipo fawler mecânica: com rodízios, com colchão com densidade 28 confeccionada em aço ou ferro pintado, com movimentos de fawler c/ 3manivelas, c/ cabeceira e peseira, grades nas laterais CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	Und.	5

ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
4	<p>Câmara para conservação de Hemoderivados/Imuno/Termolábeis</p> <p>Equipamento vertical para armazenamento de bolsa de sangue, hemoderivados com capacidade interna de no mínimo 120 litros. Deve possuir: câmara interna construídas em aço inoxidável com no mínimo duas gavetas em aço inoxidável; porta no mínimo vidro tríplo com sistema anti-embacamento; isolamento térmico de no mínimo 70 mm nas paredes em poliuretano livre de CFC; painel localizado na parte superior frontal em LCD. Deverá manter painel único de comando com memória interna de eventos e desempenho de temperatura para exportação de dados criptografados; refrigeração por compressor</p>	Und.	2

	hermético; estabilidade e recuperação rápida de temperatura, após a abertura da porta; sistema com degelo automático sem interrupção ou perda de temperatura, com evaporação do condensado; faixa de trabalho de 2°C a 6°C; sistema de alarme sonoro e visual para no mínimo falta de energia elétrica. Temperatura fora da faixa, falha no sensor de temperatura, porta aberta; acionamento automático da iluminação interna em LED na abertura da porta; sistema de discagem por telefone automática; sistema de relatório exportável por Pen Drive, dados criptografados com registros de eventos e desempenho da temperatura interna da câmara; registros de dados criptografados; sistema de segurança acoplado ao equipamento capaz de manter o funcionamento do sistema de refrigeração e alarmes, mesmo na falta de energia elétrica, por até 48 horas; sistema para garantir o pleno funcionamento do equipamento em caso de pane elétrica/eletrônica do comando principal, para mantimento da ativação do equipamento a fim de conferir segurança e garantir as ações de contingências necessárias. Tensão de acordo com a necessidade da entidade solicitante.		
5	Esfigmomanômetro adulto -aprovado pelo INMETRO, deve possuir manômetro aneróide em escalade 0 a 300mmhg, caixa injetada em liga de zinco com pintura de alta resistência, mostrador plano, com válvula de metal altamente resistente com regulagem de ar sensível, braçadeira em nylon antialérgico, lavável, com fecho em velcro resistente; possuindo também manguito de borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade e pêra insulfladora de borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Acessórios isentos de látex (antialérgicos). Resistente a descalibração frequentes. Aprovado pelo INMETRO.	Und.	20
6	Esfigmomanômetro infantil - tipo analógico, com braçadeiras em algodão, manômetro em escalade 0 a 300mmhg, caixa injetada em liga de zinco com pintura de alta resistência, mostrador plano, com válvula de metal altamente resistente com regulagem de ar sensível, braçadeira em algodão, anti alérgico, lavável, com fecho em velcro resistente; possuindo também manguito de borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade e pêra insulfladora de borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Acessórios isentos de látex (anti alérgicos). Resistente a descalibração frequentes. Aprovado pelo INMETRO.	Und.	6
7	Esfigmomanômetro parta obeso - tipo analógico, com braçadeira em algodão, manômetro em escalade 0 a 300mmhg, caixa injetada em liga de zinco com pintura de alta resistência, mostrador plano, com válvula de metal altamente resistente com regulagem de ar sensível, braçadeira em nylon anti alérgico, lavável, com fecho em velcro resistente; possuindo também manguito de borracha vulcanizada com duas saídas, sem emendas, de alta durabilidade e pêra insulfladora de borracha vulcanizada com sistema de retorno em metal, com esfera de aço inox de alta durabilidade. Acessórios isentos de látex (anti alérgicos). Resistente a descalibração frequentes.	Und.	5
8	Berço hospitalar com grades, rodízios, com colchão de densidade 28, estrutura em aço/ferro pintado, grades laterais, c/ movimento de fawler a manivela, c/ cabeceira e peseira	Und.	10
9	Cadeira de rodas para obeso: capacidade de 130 a 159 kg; em aço cromado, OU AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, dobrável em X, apoio para braços e pés fixos, pneus traseiros infláveis, assento e encosto em nylon ou courvin, cor predominante preta	Und.	4
10	Poltrona hospitalar: com descanso para o pés, reclinção com acionamento manual, confeccionada com armação baixa em aço/ferro pintado, assento e encosto estofado em courvin, capacidade até 120 kg	Und.	25
11	Cadeira de rodas p/ adulto: capacidade de 130 kg; em aço cromado, OU AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, dobrável em X, apoio para braços e pés fixos, pneus traseiros infláveis, assento e encosto em nylon ou courvin, cor predominante preta	Und.	20
12	Armário confeccionado em aço , com 03 ou 04 prateleiras com capacidade mínima de 40 kg, medindo 100 a 210 cm de altura x 70 a 110 cm de largura	Und.	10

13	Geladeira/refrigerador: capacidade para 260 a 299 litros, cor branca	Und.	05
14	Mesa de escritório: de madeira ou MDF, com duas gavetas, medindo 1,00 x 0,50cm	Und.	10
15	Longarina: assento e encosto injetados em polipropileno; 03 lugares, cor translúcida, com Furos para ventilação corporal, estrutura em tubo de aço com acabamento cromado.	Und.	23
16	Máquina de costura industrial: máquina de ponto fixo, tipo reta, com sistema automático de lubrificação. Velocidade de 5000rpm no mínimo; sistema de levantamento do calçador por alavanca e joelheira; protetor de dedos e correia; equipada com 01 agulha. Composta de: tampo de madeira revestido de fórmica impermeável, estante de ferro pintado	Und.	1

2.2 . O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a Proposta de Aquisição de Equipamento Permanentes de nº. 11399.442000/1190-21, com recurso advindo de Emendas Parlamentares, conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal Raul Sertão justifica-se pela essencialidade de tais itens para a continuidade dos atendimentos prestados pelo nosocômio .

3.3. A aquisição dos aparelhos aqui solicitados viabiliza o atendimento de forma mais eficaz aos quadros clínicos complexos e muitas vezes de alta gravidade, ampliando a capacidade de atendimento aos pacientes da rede pública de saúde.

3.4. Esta aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da rede pública de saúde.

4- DO FORNECIMENTO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

4.1. A Contratada deverá atender a todas as ordens de fornecimento expedidas pelas Unidades

4.2. Os itens deverão ser entregues em parcela única, com prazo não superior a 60 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, se for o caso.

4.3. A entrega deverá ser realizada no almoxarifado do Hospital Municipal Raul Sertã, localizado na Rua General Osório, nº. 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, no horário de 09h:00m às 17h:00m.

4.4. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.5. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 48 horas, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.6. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.

4.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

4.8. Caso os equipamentos médicos-hospitalares cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

4.9. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

4.9.1. Manual de operação;

4.9.2. Manual de serviços;

4.9.3. Esquemas eletrônicos;

4.9.4. Procedimentos de calibração;

4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;

4.9.6. Certificado de garantia;

5- BOAS PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

5.1. O presente Termo de Referência foi confeccionado com base na legislação vigente e no Manual de Boas Práticas de Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, elaborado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

6- CONDIÇÕES GERAIS

6.1. A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos médico-hospitalares.

6.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

6.2.1. Ter assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante no Estado do Rio de Janeiro.

6.2.2. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.

6.2.3. Prestar assessoria profissional para adequação dos pontos (elétricos, hidráulicos, de gás, vapor ou ar comprimido) necessários à correta operação de todos os equipamentos, conforme manual do fabricante.

6.2.4. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

6.2.5. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

6.2.6. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

6.2.7. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

6.2.8. Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

6.2.9. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português (Br).

6.2.10. A entrega, o transporte, a descarga, colocação e a instalação dos equipamentos serão por conta da empresa contratada.

6.2.11. A Contratada deverá prestar, sem custos à Contratante, assessoria científica e oferecer treinamento das equipes para a utilização do equipamento sempre que solicitado.

6.2.12. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção preventiva e corretiva do equipamento, durante a vigência da garantia.

6.2.13. Ademais, a Contratada deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

6.2.14. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6.3. A Contratada deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

6.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v.

6.5. A empresa vencedora deverá manter estoque de partes e peças de reposição, bem como assegurar seu fornecimento por um período mínimo de 05 anos, a contar da aceitação.

7 – NOMEAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

7.1. Segundo determinação da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, apresentada no Manual de Boas Práticas de Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, a Contratante deve constituir equipe técnica para a aquisição de equipamentos médico- hospitalares, da qual deverão participar, obrigatoriamente, o dirigente da unidade responsável pelo uso clínico dos equipamentos, bem como o dirigente da unidade responsável pela gerência e manutenção dos referidos equipamentos.

7.2. Visando o cumprimento desta determinação, a Contratante nomeará como integrantes da equipe técnica os dirigentes da Unidade em atuação na ocasião e informará, no momento oportuno, seus respectivos nomes e matrículas.

7.3. A equipe técnica instituída acima é responsável pela especificação do item aqui requerido e ainda pela execução dos procedimentos para recebimento do equipamento, acompanhamento da respectiva instalação e elaboração da aceitação, conforme devidamente detalhado no decorrer deste documento.

8- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Para o procedimento de entrega dos equipamentos, é indispensável a presença da Contratada ou seu representante, devida e comprovadamente autorizado.

8.2. Os bens serão recebidos:

8.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.2.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas, bem como após a instalação e comprovação de funcionamento do equipamento.

8.3. Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos, que serão elaborados pela equipe técnica designada no subitem 7.2 deste Termo de Referência.

8.4. A equipe técnica deverá, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:

8.4.1. Os equipamentos correspondem àqueles especificados no presente Termo de Referência e nas propostas apresentadas.

8.4.2. Os equipamentos estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas especificadas no Termo de Referência e no edital.

8.4.3. Não existem partes dos equipamentos e seus acessórios danificados.

8.4.4. Os equipamentos estão compatíveis com os requisitos de pré-instalação aprovados pela Contratada.

8.5. Verificada a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e nas propostas, bem como aprovada a inspeção visual prevista no subitem 8.4.1 a 8.4.4, a equipe técnica emitirá o documento atestado o recebimento provisório.

8.6. Emitido o documento de recebimento provisório, a Contratada deverá realizar as instalações dos equipamentos no prazo máximo de 05 dias úteis, e estes ficarão em funcionamento no Hospital Municipal Raul Sertã por um período de experiência de 15 dias corridos, contados da instalação, para avaliação técnica durante o uso dos equipamentos.

8.7. Ao final deste período, a equipe técnica designada pela Contratante encaminhará relatório à Contratada e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.

8.8. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 8.7 deste documento.

8.9. Aprovados os equipamentos, a equipe técnica da Contratante emitirá o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

8.10. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 dias úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 8.7.

8.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

8.12. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, a equipe técnica, no prazo de 03 dias úteis, deverá comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

8.13. Ademais, caberá à equipe técnica, no mesmo prazo acima, comunicar ao gabinete desta Secretaria o aceite final dos equipamentos.

9- PRÉ- INSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO

9.1. Ao apresentarem as propostas, as empresas participantes deverão informar à Contratante os requisitos de pré-instalação dos equipamentos, fundamentais para a avaliação da adequação da Unidade de Saúde onde funcionará.

9.2. Os requisitos de pré-instalação deverão atender às prescrições da regulamentação técnica que dispõem sobre a arquitetura e engenharia de estabelecimento de saúde.

9.3. Finalizada a licitação, a empresa vencedora deverá verificar a conformidade das instalações da Contratante em relação aos requisitos previamente estabelecidos. Tal verificação será realizada mediante inspeção local realizada por representante da empresa vencedora, que aprovará formalmente as instalações da Unidade de Saúde.

9.4. O prazo para a realização da inspeção in loco será de 03 dias úteis, a contar da publicação do Resultado de Julgamento no veículo responsável pelas publicações oficiais da Prefeitura de Nova Friburgo.

9.5. Caso a Contratada não emita a aprovação formal no momento da finalização da inspeção local, o prazo para sua apresentação será de 03 dias úteis, contados da data da visita.

9.6. Se, porventura, a inspeção local não for aprovada pela Contratada, será concedido à Contratante o prazo de 20 dias úteis para a adequação do setor que receberá os equipamentos.

9.7. Com a provação final emitida pela empresa vencedora, e no prazo máximo de 05 dias úteis contados de sua emissão, a Contratada realizará as instalações dos equipamentos.

9.8. Para a conclusão das instalações a Contratada, ou seu representante devidamente autorizado, deverá efetuar os testes das instalações dos equipamentos, realizando demonstração de seus funcionamentos à equipe técnica de acompanhamento.

9.9. Os custos referentes à pré-instalação e instalação, particularmente aqueles adicionais, que podem ocorrer na adequação do estabelecimento de saúde ou durante as instalações dos equipamentos (quando são adquiridos produtos para a interface ou interconexão, controle ambiental ou proteção de interferências), incluindo custos de eventual acompanhamento ou inspeção pela Contratada, serão integralmente pagos por esta.

10- DO TREINAMENTO

10.1. A Contratada oferecerá treinamento para os operadores dos equipamentos adquiridos, sem custo adicional para a Contratante.

10.2. Caso a equipe técnica instituída no subitem 7.3 deste Termo de Referência considere necessário, a Contratada oferecerá treinamento aos técnicos da Contratante para a prestação de serviços de manutenção a serem realizados após o término do período de garantia dos equipamentos.

10.3. Os custos de treinamento, tanto dos operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Contratante serão integralmente pagos pela Contratada, estando incluídos os custos com o treinamento inicial e treinamento continuado, a participação de especialistas, o transporte dos profissionais da Contratada, bem como o possível uso de material didático.

11- DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. A equipe técnica responsável pelo recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos médico-hospitalares, devem registrar em documento único apropriado, informações detalhadas sobre os equipamentos e todos os eventos do processo de seu recebimento, instalação e aceitação.

11.2. A equipe técnica deverá realizar a guarda e o controle de toda documentação referente ao recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos, incluindo a documentação técnica (manuais de operação e manuais de serviço) e atualizações efetuadas nesta documentação, devendo ainda divulgar na unidade Requisitante as informações nela contidas.

11.3. Após a aceitação dos equipamentos, no que tange àqueles enquadradas nas classes 02 e 03 (médio e alto risco, respectivamente) da Portaria 2043/1994 do Ministério da Saúde, devem ser anexados livros (diários) ou cartões de registros, que deverão conter informações resumidas das intervenções para manutenções preventivas e corretivas, das modificações efetuadas, das pequenas

falhas ou funcionamentos anormais, entre outras informações, encabeçadas pela aceitação dos equipamentos em serviço.

11.4. Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser de fácil acesso aos seus usuários e terão as seguintes funções:

11.4.1. Manter as unidades usuárias dos equipamentos informadas quanto aos reparos e modificações neles efetuadas.

11.4.2. Assegurar que as manutenções preventivas estarão sendo executadas nas datas previstas.

11.4.3. Chamar a atenção para problemas que podem estar ocasionando freqüentes avarias aos equipamentos.

11.4.4. Indicar que os usuários verificaram os equipamentos após as manutenções.

11.4.5. Indicar que os equipamentos foram submetidos a testes funcionais antes de serem utilizados em pacientes.

11.5. Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser mantidos permanentemente junto aos equipamentos e suas atualizações ou preenchimentos deverão ser realizados segundo requisitos previamente estabelecidos e formalmente instituídos pela direção do Setor Requisitante, incluindo o requisito de datar e assinar cada registro.

11.6. A Contratante deverá manter registros de todos os treinamentos realizados por seus funcionários ou pelos funcionários da Contratada para a capacitação de seus profissionais e técnicos na operação ou prestação de serviços de manutenção de cada um dos equipamentos adquiridos.

12- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

12.1. A Contratada deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 24 meses, a contar da respectiva aceitação.

12.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.

12.3. A empresa Contratada deverá possuir equipe de assistência técnica ou representação técnica especializada para a prestação de serviços de manutenção no país.

12.4. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

13- DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

13.1. Fica facultada à equipe técnica instituída no subitem 7.3 deste Termo de Referência exigir da empresa classificada pela licitação, a avaliação técnica dos equipamentos antes da adjudicação do vencedor da licitação, a fim de garantir sua qualidade.

13.2. O prazo para solicitação desta avaliação será de 03 dias úteis, contados da data da sessão pública do Pregão Presencial.

13.3. A equipe técnica comunicará ao Pregoeiro se os equipamentos foram aprovados ou não. Caso não sejam aprovados, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

14- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

14.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

15- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16-15.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos e em conformidade com a Emenda Parlamentar 11399.442000/1190-21;

15.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52

15.1.2. Fonte de Recurso – 07 – SUS

15.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

15.2.1. Hospital Municipal Raul Sertão: 30001.1030200702.188

15.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

16 – DA LIQUIDAÇÃO

16.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

17 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

17.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

17.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

17.1.3. FGTS;

17.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;

17.1.5. Municipal – referente ao ISS e Divida Ativa

17.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

17.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

17.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

18-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

18.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

18.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

19-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Caberá à Contratante:

19.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

19.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

19.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos

Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

19.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

19.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

19.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

20.2. Efetuar a entrega e montagem/instalação dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 17.1.1 a 17.1.6;

20.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

20.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

20.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

20.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

20.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

20.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

20.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

21-MEDIDAS ACAUTELADORAS

21.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

22- DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

23-DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

24.1. A Contratada deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.

25-DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

25.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

25.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

Paulo Adolfo Beauclair – Mat. 200.0847 – Fiscal Titular

Idenilson Moura Rodrigues – Mat. 200.377 – Fiscal Substituto

25.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

25.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

25.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

25.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

26-D A RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

26.1. O presente documento foi elaborado pela servidora abaixo consoante requisição enviada pelo Requisitante, cabendo tão somente a subscritora a elaboração do presente Termo uma vez que não possuem conhecimento técnico sobre a especificidade dos itens a serem adquiridos nos autos sendo tal ônus da Unidade Requisitante.

27-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

27.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

27.1.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

27.1.3 - apresentar documentação falsa;

27.1.4 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

27.1.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

27.1.6 - não manter a proposta;

27.1.7 - cometer fraude fiscal;

27.1.8 - comportar-se de modo inidôneo;

27.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

27.3 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

27.3.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

27.3.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

27.3.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

27.3.4 - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

27.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

27.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

27.6 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

27.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

27.8 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

27.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

27.10 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

27.11 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

28-DA RESCISÃO

28.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

28.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

28.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

28.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

28.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

28-DO FORO

28.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Termo de Referência elaborado pelo servidor abaixo consoante requisição enviada pelo Nosocômio, cabendo tão somente ao subscritor a elaboração do presente Termo uma vez que não possui conhecimento técnico sobre a especificidade dos serviços a serem realizados da contratação em apreço, sendo tal ônus da Unidade Requisitante.